

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro: quem educa a classe trabalhadora?

Marco Vinícius Moreira Lamarão*

Resumo: O presente trabalho analisa as estratégias educacionais levadas a cabo pelo empresariado brasileiro e local na formação da força de trabalho destinada ao COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, em especial, através do seu Centro de Integração. Utilizando-nos de categorias e conceitos como Exército Industrial de Reserva, Formação para o Trabalho Simples e Complexo e Estado Ampliado busca-se apreender os mecanismos forjados para que o empresariado ocupe o papel de educador da classe trabalhadora, utilizando-se para isso, inclusive, de vastos recursos públicos, como aqueles destinados ao PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) e, no caso específico, gerenciados pela própria Petrobrás e pelos sindicatos patronais (Sistema S- SESI, SENAI, SESC, etc.) na formação da classe trabalhadora local. Para tanto, foi utilizado da análise documental, de análise dos dados referentes ao RAIS (Relação Anual de Informação Social) do Ministério do Trabalho, bem como de levantamento bibliográfico sobre o tema em questão. Percebe-se, ao longo da pesquisa, um contínuo esforço coordenado por distintos setores para que o empresariado assuma o papel de responsável por esta formação, promovendo, desta forma, uma privatização da educação tanto ideológica (empreendedorismo, empregabilidade, sustentabilidade e outros princípios oriundos do (neo)liberalismo) quanto em recursos públicos.

Palavras-chaves: Privatização da educação – COMPERJ- Educação Profissional.

The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro: Who educates the working class?

Abstract: The present work analyzes the educational strategies carried out by the Brazilian and local entrepreneurs in the formation of the work force destined to COMPERJ - Petrochemical Complex of the State of Rio de Janeiro, in particular, through its Integration Center. Using categories and concepts as Industrial Reserve Army, Training for Simple and Complex Work and Expanded State seeks to apprehend the forged mechanisms so that the business sector occupies the role of educator of the working class, using for this, including , Of vast public resources, such as those destined to PROMINP (Program of Mobilization of the National Industry of Oil and Natural Gas) and, in the specific case, managed by Petrobras itself and the employers' unions (Sistema S-SESI, SENAI, SESC, etc.) in the formation of the local working class. To do so, it was used the documentary analysis, analysis of data related to the RAIS (Annual Social Information Relation) of the Ministry of Labor, as well as a bibliographical survey on the subject in question. Throughout the research, a continuous effort is coordinated by different sectors so that the entrepreneurship takes on the role of responsible for this formation, thus promoting a privatization of ideological education (entrepreneurship, employability, sustainability and other principles originated (Neo) liberalism) and public resources.

Keywords: Privatization of education - COMPERJ- Professional Education.

* Instituto Federal Fluminense- Macaé/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/ COLEMARX.

O COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO: QUEM EDUCA A CLASSE TRABALHADORA?

O presente artigo busca analisar a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) na região do leste fluminense, área, em parte, da região metropolitana do Rio de Janeiro e as estratégias utilizadas para a conformação da força de trabalho para o empreendimento através de uma série de iniciativas, entre o período de 2008 a 2016, tendo como foco especial a abertura do Centro de Integração do COMPERJ (CICOMPERJ), local destinado a realização de distintos cursos profissionalizantes, em distintos níveis (desde fundamental até pós-graduação) e que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP) que é parcialmente mantida com recursos públicos advindos do Ministério de Minas e Energia (FONSECA MOREIRA, 2008). Ao longo desta análise, foi necessário percorrer o debate acerca do neodesenvolvimentismo implementado pelo governo Lula e seus limites, tomando como referência o longo debate travado desde as teses de Celso Furtado, sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil como nação, tendo em conta que o COMPERJ era obra fundamental do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançada pelo governo Lula da Silva e continuada no governo Dilma como PAC-2 e tinha como principal objetivo “acelerar o crescimento econômico”, fazendo com que o crescimento anual do PIB brasileiro atingisse o patamar de crescimento de 5% ao ano. Além do conceito de capitalismo dependente, utilizamos outros conceitos oriundos do materialismo histórico em geral e da teoria crítica da educação brasileira em particular. Em Gramsci (2011) utilizamos o conceito de Estado Integral e isto nos leva a, sempre que quisermos debater determinada política pública, olhar para os aparelhos privados de hegemonia, operando, como intelectuais de frações de classe, na sociedade civil. No debate acerca das políticas públicas educacionais mantemos diálogo próximo com Neves (2005), Leher (2010), Motta (2012) e Frigotto (1984), dentre outros. A pesquisa vem sendo realizada a partir da análise documental produzida pela PETROBRAS, pelos documentos produzidos pelo PROMINP, pelos do CICOMPERJ e também pelas notícias veiculadas pela grande imprensa e imprensa local.

No entanto, o planejado complexo petroquímico¹ em meio à euforia inicial foi substituído, por uma série de fatores, por uma- tão somente- refinaria de gás e, em 2017, se discute a possibilidade da conclusão da obra de uma das duas refinarias primordialmente planejada, isso se houver interesse da iniciativa privada de se associar a obra. A segunda refinaria está praticamente descartada. Esta mudança, no nosso entender, tem elementos que podem ser melhor explicada pela análise de Florestan Fernandes acerca da formação socioeconômica brasileira. Desta forma, o texto acaba se organizando da seguinte maneira: uma primeira parte destinada a caracterização da crise estrutural do capitalismo e o capitalismo dependente para chegarmos na contrarreforma educacional, destacando a crescente presença da iniciativa privada e das “parcerias público-privada” na gestão e oferta educacional “pública” bem como o processo que denominamos de “empresariamento da educação”, processo que se estende por todo período da pesquisa (2008-2016; e até antes disto, desde o governo FHC); um segundo ponto servirá para análise da instalação do COMPERJ nesta conjuntura específica mundial e sob as determinações do capitalismo dependente; feito este percurso é possível tecermos considerações, ainda parciais, acerca do objeto elencado de estudo, onde buscamos analisar o PROMINP e o CICOMPERJ, como estratégias de formação da classe trabalhadora atentando para a distintas conjunturas e o impacto que estas terão nestas iniciativas naquela região, em seguida, teceremos algumas observações que nos servirão de conclusão, ressaltando, novamente, a parcialidade dela.

1. O COMPERJ e a encruzilhada neodesenvolvimentista e a contrarreforma educacional.

O ano era 2007 e a economia brasileira apresentava índices altos de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB), de 2004 a 2008 a variação percentual anual do volume do PIB, segundo IBGE² foi de, respectivamente: 5,2 ; 6,1; 4,0; 3,2 e 5,7. Em meio a este otimismo, o governo federal lança mão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), uma iniciativa que pretendia acelerar este crescimento econômico, muito próxima a ideia do *take off*, ou decolagem, expressão utilizada pelo economista americano Rostow (1974) para designar o momento em que a economia, acelera e

¹ Cf. quadro I.

² Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000007765203112012522606619383.xls> acessado: 15/06/2017 as 19:35h.

decola, assim como o desenvolvimento, ideias estas sistematizadas em seu livro, “As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista”, pilar do pensamento desenvolvimentista, bastante presente no pensamento econômico brasileiro, em geral, e influenciador das políticas econômicas adotadas pelo então governo Lula da Silva que se autointitulava neodesenvolvimentista ou novo desenvolvimentista (MERCADANTE, 2010).

Dentre as inúmeras medidas anunciadas pelo governo através do PAC, como cada Ministério ter de apresentar para sua pasta um conjunto de medidas afinadas ao programa, o que, na educação, levou ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, havia uma iniciativa que era considerada o “carro-chefe” de todo o programa de aceleração e que deveria, pela sua envergadura e importância, bem como montante de investimento, assumir o lugar de maior empreendimento da história da indústria petroquímica brasileira e da PETROBRAS. Este empreendimento fora chamado, depois de algumas indefinições quanto ao lugar da sua construção, de Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A promessa era de que a realização do empreendimento elevaria a condição do Brasil na indústria petroquímica: deixaríamos de ser dependente de importantes componentes desta indústria e passaríamos a ser autossuficiente, gerando uma econômica de até 2 bilhões de dólares anuais na agregação de valor ao petróleo exportado e pela substituição de importações (FONSECA MOREIRA, 2008).

Todavia, já aquela altura, a economia brasileira gozava de um crescimento atípico se comparado à maioria das principais economias globais, que se encontrava em meio a um processo de crise econômica que iria ter seu ápice no ano de 2008. Sem dispensar as análises mais conjunturais, Mézáros destaca a condição estrutural da crise no capitalismo, crise esta que, segundo este autor, se arrasta desde a década de 1970 e que levará a um novo levante do liberalismo ortodoxo- por conta disso renominado “neoliberalismo” e suas derivações como a “terceira via”- que insistirá na tese que a origem da crise econômica é política: tem origem no Estado. Daí a defesa do Estado mínimo se sustentando na ideia de que a crise tem no aumento dos gastos do Estado a sua principal razão de existência e, para tanto, seria necessário conter os gastos deste e promover o ajuste fiscal, penalizando assim, as denominadas políticas sociais, angariadas pelos principais estado-nação do capitalismo como forma de conter o avanço

do regime socialista (GRAMSCI, 2010). Como um intelectual brasileiro afinado a este campo de pensamento, Bresser-Pereira (2002) afirma que

A grande crise econômica dos anos 80 reduziu as taxas de crescimento dos países centrais à metade do que foram nos vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (...). Quando afirmo que esta grande crise teve como causa fundamental a crise do Estado- uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de se administrar o Estado-, estou usando como pressuposto que o Estado, além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados, tem um papel fundamental de coordenação econômica (pág. 34).

Não para Mészáros. Para este, por se tratar de uma crise estrutural, diferente das demais que poderia ser resolvidas de maneira paliativa, faz o capital se conflitar com os seus próprios limites. A necessidade de perpetuar o lucro pelo capital, precisando explorar ainda mais o trabalho, estimulando a condição de trabalhadores cada vez mais precarizados, aliado a um crescimento retumbante do Exército Industrial de Reserva e toda a sorte de desempregados; produzindo a diminuição da taxa de utilização sobre a mercadoria, ressaltando dois importantes limites à perpetuação do capital: o limite da degradação humana e o da degradação ambiental (exaustão dos recursos naturais disponíveis e crescimento exponencial da massa de lixo e poluição no planeta). A permanência desta crise econômica também é ressaltada por outro pensador. David Harvey (2011) afirma que

Houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido), mas também as finanças do Estado de modo mais geral. (14)

De acordo com Mészáros (2009), o expediente utilizado pelo capitalismo para sanar as pressões causadoras das crises anteriores era o uso do dispositivo bélico-militar e a promoção de guerras. Isto tem levado a uma situação de hipermilitarização do Estado, ou seja, o crescente gasto com armamentos militares dos países capitalistas desenvolvidos (com destaque para os EUA, Israel e outros) com a exportação da guerra (e do capitalismo) para as mais variadas regiões do planeta. Todavia, este também é outro limite colocado ao capitalismo, em especial, depois da desintegração do Bloco

“socialista”. O capitalismo chegou a um ponto onde territorialmente não há para onde se expandir. O capitalismo chegou a uma amplitude mundial. E suas crises também. (HARVEY, 2007). Além do imenso poder destrutivo em massa colocado pelos investimentos em tecnologia e armamento militar, outro limite do capital, as guerras localizadas atuais já não surtem o efeito do período anterior, quando ela auxiliava na reprodução do lucro. Estes claros limites ecológicos, humanos e militares só tendem a se agravar mediante a tomada de medidas dentro da ordem sociometabólica do capital que busquem revitalizá-lo. Não obstante, o próprio desenvolvimento do sistema capitalista tem gerado uma crescente monopolização tanto dos meios de produção, quanto da apropriação da riqueza, esta crescente constatação de riquezas tem sido percebidas, inclusive, por analistas fora do materialismo dialético, como Thomas Piketty (2014) em recente e conhecida obra sobre o tema.

Estes, cada vez minoritários, conglomerados capitalistas trazem consigo um determinante desta formação imperialista que é a fusão entre o “capital produtivo” e o capital financeiro, processo este observado por Lênin no início do século XX e que, desde então, não tem cessado e a partir da década de 1970 tem acentuado suas crises (HARVEY, idem). Fontes denomina esta nova fase de acumulação de capital de capital-imperialismo (2010). Revitalizando as contribuições oriundas de Florestan Fernandes e da teoria do Capitalismo Dependente e de autores posteriores, que atentam para a associação das frações burguesas nacionais com outras frações burguesas de caráter internacional - ou para a internacionalização destas frações “nacionais” (FONTES, 2011) que se afirmavam como “‘fronteiras internas’ e em verdadeiras “vanguardas políticas” do *mundo capitalista*” (FERNANDES, 2005, pág. 342) - bem como o caráter do desenvolvimento desigual e combinado, buscando relacionar dialeticamente os aspectos da sociedade brasileira que eram denominados de “modernos” (a industrialização, a urbanização, a produção científica, o trabalho assalariado) com aqueles chamados de “arcaicos” (o latifúndio, a herança escravocrata nas relações de trabalho no campo e na cidade, o clientelismo e patrimonialismo, etc.). Discordava em dois aspectos fundamentais das teorias em voga, centradas nas importantes contribuições de Celso Furtado, pois estas buscavam identificar os setores modernos do empresariado brasileiro que teriam visão estratégica e nacional e, com isso, fortalecer os aspectos modernos da sociedade brasileira em detrimento dos aspectos “arcaicos” num tratamento dualista, dicotômico e não-dialético da formação social brasileira. A seu

modo, o denominado “Novo Desenvolvimentismo” adotado como política econômica dos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff (em especial, o primeiro) reaviva este mesmo debate (MERCADANTE, 2010;). Na concepção de Paul Singer a dependência brasileira era de outra natureza e o desenvolvimento (e a superação desta dependência) não seria só possível como ocorreu ao longo dos governos Lula da Silva.

Tornava-se comum caracterizar os países subdesenvolvidos como *dependentes* dos produtos e dos créditos dos países industrializados. Mas tratava-se de dependência de bens que os países não industrializados não tinham capacidade de fabricar. Essa dependência não correspondia em nada à conceituação de Florestan Fernandes como “perda constante (e por vezes crescente) de parte substancial do próprio excedente econômico[...] uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente.

A dependência das economias subdesenvolvidas não decorre de um intento para o qual elas foram constituídas, mas do seu atraso histórico, que elas podem superar ao crescer. O Brasil é uma ilustração clássica deste processo. Ele se industrializou utilizando sua própria dependência dos produtos industriais importados para substituí-los por produtos fabricados no território nacional (pág. 15).

Concordando com Florestan Fernandes, Virgínia Fontes (2010) chama a atenção para a integração heterogênea das burguesias brasileiras ao capital imperialismo mesclando interesses nativos e também fortes interesses internacionais, em especial dos Estados Unidos. Afirma a autora,

Dada a estreita imbricação de seus interesses [burguesia brasileira] com os demais capital-imperialistas, em contexto histórico no qual a constituição de burguesias em espaços nacionais passa por uma intensa cosmopolitização, a expectativa de um comportamento autonomizante e republicano dessas burguesias está fadada ao fracasso. Inexiste pois uma burguesia nacional no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras (314).

Assim, esperar que uma burguesia nacional progressista realize reformas sociais no sentido de eliminar os aspectos arcaicos da sociedade é, para a autora, um equívoco.

Além disso, as relações de classe no Brasil, o mundo do trabalho no nosso país e a nossa formação sócio política devem ser pensadas através destas peculiaridades de nossa formação histórica colonial. Neste sentido, ressaltamos um aspecto central: a herança escravocrata sobre o mundo do trabalho ainda se faz presente. Francisco de

Oliveira (2003) chama a atenção para o papel que o trabalho análogo ao escravo do nordeste brasileiro tem no barateamento da comida vendida nos centros urbanos- como São Paulo, por exemplo - e como isto diminui o valor da reprodução da força de trabalho, auferindo uma maior margem de lucro para distintas frações das classes dominantes. Fontes (2010), atenta para uma das grandes vantagens brasileira frente ao mercado internacional: o baixo custo de sua força de trabalho.

Nestes termos, a chamada “dupla rede” existente na educação brasileira, tão denunciada por diversos especialistas da educação (CUNHA, 2009; FREITAG, 2007), cumpre um papel central na reprodução desta formação capitalista, pois se estrutura dois tipos de escola, uma ligada à formação das frações da classe dominante e ao trabalho intelectual e/ou complexo; e outra voltada às classes subalternas ligadas ao trabalho manual ou simples. Neste sentido, a educação cumpre um importante papel na reprodução da força de trabalho a baixos custos, do desenvolvimento desigual e combinado e, com isso, do capitalismo dependente brasileiro. (FRIGOTTO, 1984)

O atual desmonte do Estado em suas políticas sociais e as medidas que buscam diminuir os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores brasileiros seguem esta mesma lógica: de tornar mais “barato” ao capital ali investido a reprodução de sua força de trabalho e com isso aumentando a exploração sobre o trabalho e o “mais-valor”. Os direitos universais consagrados na Constituição de 1988 tiveram um processo de desmonte aprofundado no governo Fernando Henrique Cardos através da (contra)Reforma Gerencial do Estado. Segundo esta contrarreforma³, a educação pública poderia ser ofertada através das parcerias-público-privadas onde o financiamento desta educação continuaria majoritariamente público, mas a gestão destes recursos e das escolas ficariam a cargo da iniciativa privada através das organizações sociais (OS’s), organizações não-governamentais (ONG’s) e das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP’s) ou de outras organizações ligadas ao empresariado “sem fins lucrativos”. Já existe uma série de análises, no campo da pesquisa educacional, que apontam para estas novas formas de privatização da educação pública no Brasil (MOTTA, 2012; LEHER, 2010) que além de introduzir elementos da

³ De acordo com Carlos Nelson Coutinho, a “reforma gerencial do Estado” na verdade é uma contrarreforma tendo em vista que busca retirar da alçada do Estado os direitos sociais consagrados no Estado de Bem Estar Social esta sim uma reforma que buscava manter a adesão da classe trabalhadora ao capitalismo diante ao fortalecimento da URSS. Cf. COUTINHO, C.N. A hegemonia da pequena política. IN: Hegemonia às avessas. Francisco de Oliveira. Ed. Boitempo/SP. 2006.

meritocracia e da avaliação externa no ambiente escolar (LAMOSA e MACEDO, 2015), redefine o trabalho docente e, fundamentalmente, faz com que os recursos públicos da educação tornem-se mecanismos de reprodução da economia financeirizada (LEHER, idem.). Estas reformas são conduzidas, em grande parte pelo Estado, sob os auspícios dos setores empresariais organizados em frentes como o Movimento Todos Pela Educação (TPE) (LEHER e EVANGELISTA, 2014; MARTINS, 2009).

Consoante esta contrarreforma gerencial do Estado, as recentes políticas educacional buscam revalidar determinados preceitos da Teoria do Capital Humano - rearranjados na “teoria do capital social” que largamente se baliza numa perspectiva economicista da educação - em especial aquele que afirma a educação como importante instrumento de lucratividade ao qualificar a sua mão-de-obra e aumentar a sua produtividade. Segundo Motta,

Em suma, à educação, de caráter economicista, não cabe somente produzir capital humano, mas também capital social; à sociedade civil não cabe somente atender às demandas sociais, mas transmiti-las e operar através de valores de solidariedade e cooperação, reunindo forças e capacitando as camadas mais pobres da população para o enfrentamento da realidade que se apresenta. Nesse sentido, como resultado dessas políticas supõe-se a intensificação do caráter sectário do sistema escolar, o reforço do “apartheid educacional” e fundamentalmente, a despolitização da sociedade civil (MOTTA, 2012, pág. 22)

Denominamos de *empresariamento* este fenômeno no qual a educação pública passa a assumir como sua, técnicas oriundas do mercado (avaliações por resultado, prêmio por metas atingidas, hierarquização dos resultados etc.) ao mesmo tempo em que— através da “prestação de serviços”, consultorias, parcerias diversas, fornecimento de infraestrutura, de material de informática, de material didático, de provas padronizadas para toda a rede e outras nomeações ou mesmo através da transferência direta de recursos públicos para a iniciativa privada- serve como território para a ação lucrativa de empresas, garantindo a elas, ainda, uma oferta de força de trabalho excedente e educando estes trabalhadores para o consenso e a conformação (DAHMER, 2007; RODRIGUES, 2007; MIRANDA, 2015).

Outra dimensão deste empresariamento da educação é a redefinição do trabalho docente que gradativamente vai perdendo a sua autonomia pedagógica e passa a ser submetido a uma série de mecanismos de controles como: a seleção curricular externa, avaliação externa, meritocracia, sistema de apostilamento, vídeo-aulas, etc. Ainda mais,

acresceu-se a este processo a defesa da possibilidade de, a partir de “índices técnicos”, aferir a “qualidade da educação”, corrigindo “distorções”, promovendo o desenvolvimento educacional e, como corolário disso, o desenvolvimento econômico. Este arcabouço técnico/teórico busca fazer da escola um espaço de reprodução de um novo consenso, na medida em que promove um controle e uma contínua precarização do trabalho docente, promovendo uma profunda ressignificação deste, que passa a ser um entregador de conhecimentos já preparados anteriormente e afinados com aquilo que Lúcia Neves (2005) denominou de “nova pedagogia da hegemonia”, cujo principal objetivo é conformar os trabalhadores às novas determinações do capital frente à sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009). Ainda, encobrem o caráter ideológico deste avanço da visão de mundo empresarial na educação ao, “pragmaticamente”, afirmarem que a escola deve se adequar aos “novos tempos”. Assim, ideias como empreendedorismo, sustentabilidade, voluntarismo, equidade, corresponsabilização, empregabilidade, pedagogia das competências, dentre outras passam a ter, na escola pública, um espaço de propagação e reverberação (NEVES, 2005; LAMOSA, 2014) em uma reformulação da teoria do capital humano pelos teóricos da Terceira Via (GIDDENS, 2007; BRESSER-PEREIRA, 2002; MERCADANTE, 2010; ABRUCIO E RAMOS, 2012). A escola e a educação passam a, cada vez mais, serem alvos dos empresários através do investimento social privado, com especial foco aquela camada da população que conforma o Exército Industrial de Reserva.

Embora embalado por um discurso oposicionista ao governo Fernando Henrique Cardoso, o governo de Lula da Silva não modificou, em essência, os paradigmas políticos que nortearam as políticas da contrarreforma. Ao contrário, em diversos aspectos, o governo de Lula da Silva (e também o de Dilma Rousseff) aprofunda aspectos desta contrarreforma (COUTINHO, 2010; LEHER, 2010, FONTES, 2011). Com especial atenção na educação, os documentos legais dos últimos governos celebram a parceria e a presença da iniciativa privada na educação, tanto na substituição, quanto no auxílio do ente público na oferta da educação. É o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei No 13.005/2014, e do documento denominado “Pátria Educadora” lançado pela Secretaria de Assunto Estratégicos (SAE) ainda nos primeiros meses do segundo governo Dilma Rousseff que aprofundam o empresariamento da educação e o processo de privatização da educação pública (COLEMARX, 2013). Ambos os documentos dispõem relativo espaço para a

importância do desenvolvimento da educação profissionalizante nos seus distintos níveis. O Plano Nacional de Educação elege como grande parceiro da União no aumento da oferta da educação, em especial a profissionalizante, a iniciativa privada (neste caso através do sistema sindical patronal, melhor identificado como “sistema S”). Assim, o “sistema S”, sob controle da classe dominante brasileira, recebendo vultosos recursos do Governo Federal será o responsável por boa parte da ampliação das vagas nesta modalidade de ensino em suas distintas certificações de carga horária por todo o território nacional através de diversos programas, incluso O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Estes diferentes cursos, oferecidos de forma gratuita ou financiada a juros baixos são custeados pelo dinheiro público, mas são oferecidos e gerenciados por uma entidade de classe ligada ao grande capital nacional. Além disso, grande parte destes cursos é destinada em geral à população mais precarizada e são, em sua maioria, voltados à qualificação para o trabalho simples. (LAMARÃO e MOTTA, 2015)

No documento intitulado “Pátria Educadora” observa-se o estímulo para que as redes de ensino sejam reformadas sob a forma de um Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE). Também entendendo a educação submissa ao mercado, estes arranjos preveem que redes locais se associem, horizontalmente, entre si e com as empresas e o mercado regional (em especial, os arranjos produtivos locais) de forma que a educação esteja afinada aos interesses econômicos daquela região e que a escola pública sirva para o fornecimento de força de trabalho qualificada para aquelas empresas partícipes do arranjo produtivo local (ABRÚCIO e RAMOS, 2012). A submissão da função da escola e da educação aos interesses mercadológicos através das ADE’s, conforme analisada por Argollo Silva (2015), é um importante mecanismo deste empresariamento na educação que tende a se propagar por todo o território nacional, em especial nas cidades de pequeno e médio porte, como a região do COMPERJ, objeto de nossa pesquisa.

A hipótese da qual partimos foi de que o empresariado organizado especialmente no sistema “S” operou nas agências do Estado estrito (ministérios federais e secretarias estaduais e municipais) – no sentido de viabilizar um conjunto de ações que estamos denominando como “Pedagogia do Capital”. Naquela região, a maior destas iniciativas se consubstanciou no Centro de Integração do Comperj (CIC). Subordinado ao Programa Nacional de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP) e

mantendo parceria com o sistema “S”, com o custeamento destas ações efetuado, em parte, por recursos públicos, oriundo do Ministério de Minas e Energia. Conforme palavras de um de seus gestores

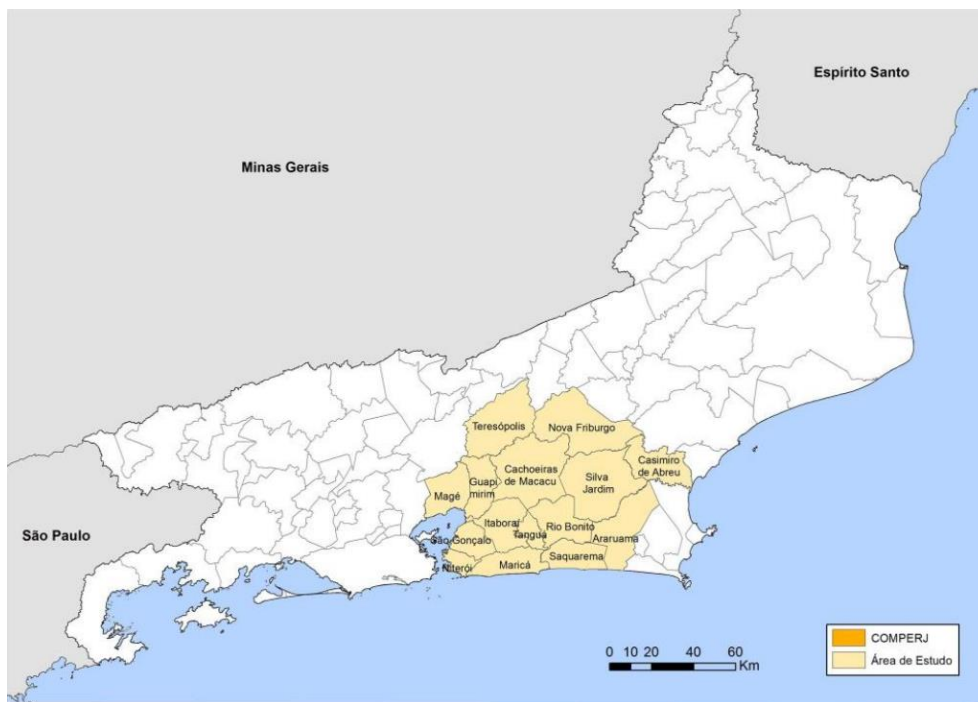
O Centro de Integração do COMPERJ segue as definições e diretrizes do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, do Ministério de Minas e Energia (Projeto ABAST-28) para melhoria dos níveis de empregabilidade no setor petróleo e gás. Os recursos para a disponibilização da estrutura de ensino dos cursos oferecidos pelo CICOMPERJ são custeados pelo Ministério de Minas e Energia, gerenciados e repassados pela PETROBRAS às entidades de ensino executoras. (FONSECA MOREIRA, 42)

Cabe agora analisarmos o histórico do COMPERJ diante dos determinantes estruturais do capitalismo dependente, bem como analisar as investidas destes setores da burguesia brasileira na formação da força de trabalho, através, especialmente, do CICOMPERJ.

2. Breve Histórico do COMPERJ e suas iniciativas educacionais.

Este megaempreendimento da PETROBRAS chega ao estado depois de uma vasta campanha empreendida pelo então governo do Rio de Janeiro cujo lema era “a Refinaria é nossa”. Lançado em 2003, em princípio, esta campanha pleiteava a instalação de uma refinaria de petróleo da PETROBRAS no norte fluminense, principal reduto político da então governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho. Contudo, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, através do Ministro de Minas e Energia (Silas Rondeau C. Silva) e da PETROBRAS (na época dirigida por Sérgio Gabrielli), quando do lançamento do PAC, em 2007, modificassem o local da sua construção para Itaboraí, cidade situada ao leste fluminense conforme observada no Mapa I, abaixo:

Mapa I – O COMPERJ e o CONLESTE



Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/2010702/DLFE-68098.pdf/1TR_PET_LESTE_FINAL.pdf acessado em 02/02/2016 às 14:14 h.

Itaboraí, sede do empreendimento, é uma cidade situada na região metropolitana do Rio de Janeiro a leste da capital do estado. Daí a região de Itaboraí e os demais municípios do entorno receberem a denominação de Leste Fluminense. O COMPERJ está sendo construído sobre uma área de 45 Km² na região de Sambaetiba, distrito de Itaboraí. Segundo vídeo institucional disponível na grande rede⁴, originalmente, o empreendimento contaria com uma previsão orçamentária inicial de U\$ 8,5 bilhões⁵ e contaria com duas Refinarias, uma Central Petroquímica, uma Unidade de tratamento de águas e afluentes, Unidades produtoras de resinas Termoplásticas além de uma Unidade para Geração de Energia elétrica e a Vapor. Era, até então, tratado como o maior investimento individual da história da PETROBRAS, com participação do BNDES e da iniciativa privada através do Consórcio ULTRA, controladora de diversas empresas na área de Distribuição, dentre elas os Postos de Combustível IPIRANGA. Com a elevação

⁴ Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=5wxjUYestHo> acessado em 02/02/2016 as 16:12 h.

⁵ Em junho de 2006, quando do anúncio do COMPERJ, o dólar comercial estava cotado em R\$ 2,247. Desta forma, o valor da obra em Reais poderia ser estimado em R\$19.099.500.000,00.

da previsão dos gastos iniciais, o consórcio ULTRA⁶ desistiu de sua participação no empreendimento⁷.

Adotando o modelo de sociedade anônima (S.A.), a fim de angariar recursos da iniciativa privada com sócios minoritários, foi aberta a Comperj Participações S.A, com Conselho Próprio, e que deteria o controle sobre as ações da PETROBRAS nas outras cinco subsidiárias: Comperj Petroquímicos Básicos S.A., Comperj Estirênicos S.A., Comperj MEG S.A., Comperj PET S. A. e a Comperj Poliolefinas S.A. No entanto, em meados de 2013, diante da falta de parceiros, estas subsidiárias foram extintas e incorporadas a PETROBRAS⁸.

Após a pedra fundamental ter sido lançada em 2006, o começo efetivo das obras se deu em 2008, quando se inicia a terraplanagem da área de construção. A previsão então de conclusão era 2011. No entanto, dificuldade na busca de parceiros, no transporte de determinados maquinários (haja vista a região não dispor de rodovias que façam o transporte de cargas ultrapesadas), mudanças na conjuntura mundial e nacional e, conseqüentemente, nas estratégias de condução da obra, acabaram por, reiteradamente, atrasar a sua conclusão. Em março de 2014 foi deflagrada a operação “LAVA- JATO (c.f. supra nota 2). Gradativamente, as obras foram sendo interrompidas até se paralisaram quase por completo, somente ações preventivas estão sendo executadas para a manutenção do já realizado⁹.

⁶ Atualmente a ULTRAPAR S.A. controladora das ações do grupo ULTRA mantêm a seguinte composição acionária: Ultra S.A. Participações 21,5%; Aberdeen Asset Management 11,7%; Parth Investments Company 7,7%; Ações em tesouraria 2,4%; Outros 56,7%.

⁷ Segundo reportagem do jornal o Globo, do dia 29 de maio de 2009, cujo título era “Ultra desiste de Refinaria do COMPERJ, os gastos estimados subiram de U\$3,5 bilhões para U\$ 8,5 bilhões. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/ultra-desiste-de-refinaria-do-comperj-3116210> acessado em 15/02/2016 as 22:22h.

⁸ Destaco o seguinte trecho da nota oficial da PETROBRAS sobre a incorporação: “A incorporação da Comperj Participações S.A., Comperj Estirênicos S.A., Comperj MEG S.A. e a Comperj Poliolefinas S.A pela Companhia tem como objetivo principal dar continuidade ao processo de simplificação da estrutura societária da Companhia e reorganização do seu portfólio de participações petroquímicas (...)resultando em redução de custos de gestão, maior agilidade e alinhamento nas decisões do negócio, racionalização das atividades da Companhia e da simplificação de procedimentos na realocação de seus recursos de investimento”. Disponível em: <http://fatosedados.blogspot.com.br/2013/06/14/reorganizacao-do-nosso-portfolio-de-participacoes-petroquimicas/> Acessado em 02/02/2016 as 17:58 h.

⁹ Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4098198/forca-tarefa-da-lava-jato-vai-investigar-irregularidades-no-comperj> acessado em : 16/02/16 as 17:50. C.f. também: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1687981-consorcio-com-investigadas-na-lava-jato-suspende-obra-do-comperj.shtml> acessado em 16/02/16 as 17:52.

Neste ínterim, mudanças no projeto modificaram os rumos do empreendimento. Do projeto inicial apenas se mantiveram, de acordo com o Plano de Negócios 2015-2019 da PETROBRAS, as Unidades de Tratamento de Água e Geração de Energia, além da Unidade de Processamento de Gás Natural. Na coletiva de imprensa da apresentação do Plano de Gestão e Negócio 2015-2019, o seu presidente atual, Sr. Aldemir Bendine afirmou que o COMPERJ é visto hoje pela empresa como uma refinaria, agregando valor ao petróleo pesado brasileiro, e não mais como complexo petroquímico. Quanto às refinarias principais, no entanto, uma teve as obras suspensas devido, principalmente a operação Lava-Jato e a outra nem saiu do papel. Com relação à Refinaria inacabada, aguarda-se nova licitação para atrair investidores. A licitação que estava prevista para o início de 2016 não ocorreu e desde então os veículos da grande mídia sugerem os chineses como prováveis parceiros¹⁰.

Quadro I- Projeto inicial e projeto atual do COMPERJ.

COMPERJ – Projeto Inicial x Projeto Atual.		
Projeto Inicial	Projeto Atual	Situação
a) Refinaria 1.	a) Refinaria 1.	a) Obras já iniciadas, suspensa.
b) Refinaria 2.	b) refinaria2.	b) Obra não iniciada, suspensa, previsão de término 2023.
c) Unidade para Geração de Energia elétrica e a Vapor	c) Unidade para Geração de Energia elétrica e a Vapor.	c) Obra em andamento, previsão de término 2017
d) Planta Petroquímica.	d) Planta Petroquímica.	d) Abandonada.
e) Unidade de tratamento de águas e afluentes.	e) Unidade de tratamento de águas e afluentes	e) Abandonada.
f) Unidades produtoras de resinas	f) Unidades produtoras de resinas Termoplásticas	f) Abandonada.

¹⁰ Cf. : VEJA, Petrobras negocia com chineses aporte no Comperj, 03/07/2015 : <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/petrobras-negocia-com-chineses-aporte-no-comperj> acessado em 02/02/2016. Ainda outra: <https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-deve-levantar-mais-us-5-bilhoes-com-chineses-21558902> acessado em 16/07/17 as 23:16h.

Termoplásticas		
g) Unidade de Processamento de Gás.	de	g) Unidade de Processamento de Gás. de g) Em andamento. Previsão 2017.

Outro fator importante a prejudicar o andamento das obras do COMPERJ é, como assinalado, o declínio histórico do preço internacional do barril do petróleo. A cotação estadunidense do Barril do Petróleo Bruto despencou de U\$ 108,37 em julho de 2014 para U\$ 36,56 em dezembro de 2015¹¹ (c.f. anexo II). A queda do preço tem sido um argumento recorrente para o atraso das obras, bem como para o relativo desinteresse dos investidores privados. A alta das commodities que sustentou a economia brasileira na última década reverteu-se e hoje se encontra em patamares baixos. Além disto, a descoberta em abundância do gás de xisto nos EUA, com preços bastante menores, também desvalorizou o empreendimento itaboraiense.

Se em seu planejamento inicial, a PETROBRAS previa o início das atividades do COMPERJ para o ano de 2011, atualmente a previsão de início de atividades do Trem Um da Refinaria está planejada para 2023¹². Os gastos no COMPERJ também se sobrelevaram. Inicialmente se imaginava um gasto de U\$ 8,5 bilhões (que em 2006 equivaleria a aproximadamente 19,1 bilhões de reais), para realizar a totalidade do complexo petroquímico em seu planejamento inicial (vide Quadro I). Atualmente, em 2016, o empreendimento foi muito reduzido em relação ao original, abrangendo apenas as: Unidade de tratamento de águas e afluentes, Unidade de Processamento de Gás, Unidade para Geração de Energia elétrica e a Vapor e a Refinaria 1 e o mesmo está orçado em U\$ 13,5 bilhões (equivalente a R\$ 48.748.500.000,00 reais¹³). Levando em consideração a alta do dólar no período, a diferença entre o valor inicial orçado e o custo atual da obra é de quase 30 bilhões de reais. As principais atividades econômicas do empreendimento, por ainda estar na fase da construção até o momento, se concentraram, portanto, nas áreas da construção civil e de infraestrutura, sendo este o

¹¹ Dados disponíveis em: <http://www.indexmundi.com/pt/pre%27os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto&meses=300> acessado em 02/02/2016 as 18:25 h referentes ao petróleo bruto brent no mercado americano.

¹² Cf; <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1752580-petrobras-adia-operacao-do-comperj-para-2023.shtml> acessado em 30/05/2016 as 22:20h.

¹³ De acordo com a cotação do dia 27 de maio de 2016, onde: U\$1,00= R\$3,611.

setor econômico que mais demandava força de trabalho para o empreendimento na região no período que pretendemos analisar (2008-2016).

2.1 Iniciativas educacionais do COMPERJ para a região do leste fluminense.

De acordo com os resultados de pesquisa anterior, em nível de mestrado, a chegada do COMPERJ no município de Itaboraí- sede do referido empreendimento- teve impactos imediatos tanto na população local- dado o seu crescimento¹⁴ – como, conseqüentemente, na população em idade escolar, nas receitas municipais, no crescimento do número de funcionários e também, mas em menor escala e graças a organização dos educadores, na remuneração dos profissionais do Magistério daquela Rede Municipal. (LAMARÃO, 2013). Todavia, este crescimento era percebido no momento em que o COMPERJ estava em pleno vapor. Contudo, como já fora descrito, o cenário atual do COMPERJ já não mais corresponde à euforia inicial do primeiro momento. Partimos do pressuposto de que, tais como outras grandes empresas e/ou representantes destas em outras regiões, já pesquisada em outras oportunidades (LAMOSA, 2014), o COMPERJ instrumentaliza a educação escolar pública, em seus diversos níveis, e que opera o ideário dos benefícios da empresa para o desenvolvimento local.

4.3 O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural PROMINP.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) foi lançado em 2003, através do Decreto 4925 de 19 de dezembro, cujo “intuito” seria lançar o Brasil a um patamar de concorrência internacional nas áreas de petróleo e gás. Como eixo central, busca-se a maximização do conteúdo local na área de petróleo e gás e dentre os distintos objetivos estratégicos encontra-se o de aprimorar a qualificação profissional do setor de petróleo e gás, através de parcerias com entidades de ensino profissionalizantes.

O decreto 4925 estabelece a estrutura do programa que se constitui por três “níveis de gestão”. O Comitê Diretivo é formado pelo Ministro das Minas e Energia que

¹⁴ Diante da envergadura da obra, rápida foi a migração de trabalhadores para a localidade com vistas a ocuparem os postos de trabalho que ali se abriam. Além disso, empresas menores, prestadoras de serviço de atividades-meio, também passam a se instalar ali por conta do megaempreendimento. A população cresceu 21,5% entre 2000 e 2013, passando de 185 mil para 225 mil habitantes, segundo dados do IBGE.

coordenará o programa; pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; pelo presidente da PETROBRAS; pelo presidente do BNDES; pelo Diretor de Serviços da PETROBRAS; pelo presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; pelo Diretor-Geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo. Dentre as atribuições deste Comitê, estão: estabelecer as estratégias de desenvolvimento do programa; determinar as diretrizes de gestão e aprovar a carteira final de projetos; aprovar os indicadores de desempenho; aprovar o orçamento e as fontes de recurso; e designar o Coordenador Executivo. Já o Comitê Executivo será formado por: um representante do MME; um representante do MDICE; pelo Gerente Executivo de Engenharia da PETROBRAS; pelo diretor do BNDES; pelo Diretor do IBPG; pelo Diretor da ONIP; pelo Presidente da CNI; pelo Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia; pelo Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base; pelo Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial; pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica; pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal; e pelo Presidente do Sindicato Nacional da Indústria Naval e Offshore. A este Comitê competem as seguintes atribuições: indicar as fontes de recurso; propor e revisar indicadores de desempenho; validar, priorizar, acompanhar e avaliar a carteira de projetos; designar os coordenadores dos projetos; e aprovar cumprimento das metas dos projetos. Além destes, há os Comitês Setoriais que se subdividem em: Comitê Setorial I - Exploração e Produção; Comitê Setorial II – Transporte Marítimo; Comitê Setorial III- Abastecimento; Comitê Setorial IV- Gás Natural, Energia e Transporte Dutoviário; e Comitê Setorial V – Indústria de Petróleo e Gás Natural. Dentre as competências destes comitês setoriais estão: propor, acompanhar o desenvolvimento, controlar as metas e implantar projetos; validar propostas de alocação de recursos; gerenciar os recursos alocados; indicar os coordenadores dos projetos; e controlar os indicadores de desempenho. Ao Ministro das Minas e Energia poderá autorizar a designação de novos membros para compor o Comitê Executivo, bem como instituir os novos comitês Setoriais.

Ora, conforme podemos inferir, a presença maciça de “associações de classe” das frações das burguesias ligadas ao setor de petróleo e gás é notada em distintos comitês, em especial o comitê executivo que tem a real competência pela proposição de

projetos, alocação e captação de recursos, dentre outros. Além disso, no Comitê Diretivo, além da PETROBRAS, o IBPG e a ONIP tem representação garantida.

No que tange às iniciativas educacionais, e na conformidade com a teoria do capital social, elas estão alocadas na câmara setorial de abastecimento, responsável pela otimização na oferta de recursos, neste caso, dos “recursos humanos”. “Por meio do engajamento entre governo, operadoras, associações de classe, instituições financeiras, prestadores de serviço, entidades de ensino, e de toda a cadeia produtiva de petróleo e gás”¹⁵.

Dois tipos de aluno são atendidos pelo PROMINP, o denominado aluno-público onde o processo seletivo é público e ao candidato cabe cumprir com os pré-requisitos exigidos. Neste caso, todo o curso é custeado (inclusive a ajuda de custo ao aluno caso desempregado) pelo PROMINP com recursos do Ministério de Minas e Energia. Outro tipo de aluno é o aluno empresa, onde o candidato à vaga no curso deve ser indicado por uma das empresas associadas. Neste caso o curso é custeado metade pela empresa e a outra metade pelo PROMINP, novamente com recursos públicos. O candidato ao nível básico se subdivide em dois grupos, o básico I (aqueles que cumpriram com até a 4ª série) e o básico II (os que concluíram o ensino fundamental).

Tabela I- Total de Vagas para os cursos de qualificação do PROMINP (2006-2012)

¹⁵ Disponível em: http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/sobre-o-prominp.htm, acessado em 04/06/2017 às 22:16.

Total de vagas para os cursos de qualificação profissional do PROMINP						
1º ciclo (2006) Edital 1						
Nível	Básico	Médio	Técnico	Inspetor	Superior	Total
Vagas	677	859	181	438	0	2155
2º ciclo (2007) Editais 1 e 2						
Vagas	0	0	0	2637	2748	5385
3º ciclo (2008) Edital 1						
Vagas	8.567	5.075	686	978	263	15.569
4º Ciclo (2008) Edital 2						
Vagas	16.808	3.427	236	0	480	20.951
5º Ciclo (2010) Edital 1						
Vagas	20.601	5.188	1.286	0	840	27.915
6º Ciclo (2012) Edital 1						
Vagas	7.335	3.006	700	0	630	11.671
Total	53.988	17.555	3.089	4053	4.961	83.646
%	64,54%	20,99%	3,69%	4,85%	5,93%	100,00%

Fonte: Editais do Prominp.

Disponível

em:

http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/qualificacao-no-prominp.htm acessado em: 16/07/2017 as 21:12 h.

Conforme pode ser observado na tabela acima, o imenso percentual das vagas ofertadas pelo PROMINP como forma de “qualificar” a força de trabalho e, com isso, a indústria de petróleo e gás são destinadas a trabalhadores sem qualquer formação técnica, básico + médio = 85,5%, ocupações ligadas ao trabalho simples e parcela destes alunos são formados com o auxílio de recursos públicos, oriundos do PROMINP e originalmente alocados pelo Ministério de Minas e Energia.

Desta iniciativa mais geral, na região do COMPERJ fez surgir o Centro de Integração do COMPERJ (CIC), no município de São Gonçalo que está instalado em um terreno contíguo ao Serviço Social do Comércio (SESC) São Gonçalo, o moderno prédio do CIC apresenta a PETROBRAS como sua principal mantenedora. Contudo, a presença do sistema S também se faz presente desde o início, por meio da cessão do terreno para o funcionamento do centro. O edital 01/2008 que abriu concurso público para o preenchimento de vagas de cursos profissionalizantes, priorizava a formação de operadores de grandes equipamentos. Os cursos ficariam sob responsabilidade do SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte). A escolaridade exigida

como pré-requisito era de 5ª série do ensino fundamental¹⁶. Ou seja, a exigência era de fundamental incompleto, revelando que, inicialmente, o público alvo do CIC é a formação para o trabalho simples do trabalhador (com menor nível de escolarização).

Este centro busca dar formação em diversos níveis (inclusive, em princípio, nível superior e pós-graduação) para os trabalhadores da região, tornando-os aptos ao mercado de trabalho deste setor produtivo e possibilitando ao COMPERJ uma oferta local de força de trabalho. Segundo dados do próprio centro e disponíveis no sítio eletrônico do COMPERJ, desde o início de suas atividades, em 2009, até setembro de 2015, já passaram por seus distintos cursos mais de 27.000 trabalhadores¹⁷, todos eles ainda ligados as atividades da construção civil e a ampla maioria de ofertas destinadas para o trabalho simples.

Ao longo da pesquisa, atentamos que, no período delimitado, duas conjunturas socioeconômicas bastante distintas se configuraram. Primeira: compreendendo o período 2006 a 2014, conformando o ciclo expansivo do país, propiciando aumento do nível de arrecadação das cidades ali localizadas, a exemplo de Itaboraí, sede do empreendimento (LAMARÃO, 2013), e assegurando elevados investimentos na infraestrutura inicial do ainda Complexo Petroquímico; segunda: período em que o cenário de “prosperidade” arrecadatória (e de investimentos da Petrobrás e do Estado em geral) se reverteu em um cenário de “crise”¹⁸. A conjunção de fatores, como a persistência da crise econômica mundial, os mecanismos de controle cambial das nações centrais (em especial os EUA) que atinge o preço das *commodities*, (Harvey, XXXX) a redução relativa do crescimento chinês, a substituição parcial do petróleo por outras fontes de energia, como o Xisto, e o controle crescente das corporações sobre as principais reservas petrolíferas fazendo despencar o preço internacional do petróleo, e,

¹⁶ Há um pequeno erro na terminologia utilizada, afinal, atualmente o ensino fundamental se subdivide por segmentos (1º segmento- 1º ao 5º ano e 2º segmento- 6º ano ao 9º ano) e estes por ano, e não mais por séries, como descrito no edital.

¹⁷ Segundo informação disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm> acessado em 16/07/2017 as 21:3 h.

¹⁸ Colocamos a “crise” entre aspas, pois embora tenha havido queda de aproximadamente 1/3 na arrecadação de 2015 em relação a 2014 (32,7%), no período de cinco anos o aumento da arrecadação em Itaboraí, sede do empreendimento, chegou a 350% (LAMARÃO, 2013). Por óbvio que este município é o caso mais extremo do que certamente outros municípios, mas a bem verdade a queda de arrecadação, além do exposto acima, é de menor ordem daquela que tem sido propagandeada pelos prefeitos destes municípios. C.f.: <http://www.itaborai.rj.gov.br/13935/itaborai-adota-plano-de-contingenciamento-no-hospital/> acessado em: 23/05/2016 as 15:03 h; e

em âmbito nacional, a Operação Lava Jato¹⁹ e a recessão econômica que se agravou em 2014 e que se aprofunda até o início de 2017, repercutiu de modo devastador nos investimentos e nas expectativas sobre o investimento (a ideia de um polo petroquímico cedeu lugar a uma refinaria e, finalmente, até mesmo a viabilidade desta estava sendo colocada em questão ao presente momento, julho de 2017²⁰).

A inconstância das obras do COMPERJ, como era de se presumir, atacou diretamente os propósitos do CICOMPERJ já no segundo ano de existência. Depois de ofertar vagas em 2008, seu primeiro ano, o CICOMPERJ (bem como o PROMINP) não ofertam vagas em 2009, somente em 2010. A mesma falta de oferta se repete no ano seguinte e é retomada em 2012. Em 2015, o CICOMPERJ “suspende” temporariamente suas operações que até hoje (julho de 17) não foram retomadas.

Sintetizando os aspectos apresentados com o objeto de pesquisa, o COMPERJ foi pensado como um elemento central no processo de arranco da economia brasileira em direção ao desenvolvimento, pelos intelectuais do novo desenvolvimentismo do governo Lula. Todavia, este empreendimento, a nosso ver, esbarrou nos limites colocados pela formação capitalista dependente brasileira, pela divisão internacional do trabalho e pelo desenvolvimento desigual e combinado tanto internacionalmente quanto regionalmente. Simultaneamente a este processo, uma larga e profunda contrarreforma educacional tem promovido uma série de redefinições das políticas públicas do setor. Seguem elas um sentido comum: o de outorgar ao empresariado brasileiro o papel de condutor das políticas públicas educacionais e também da oferta educacional, pelas parcerias publico-privadas e pela transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Desta forma, o empresariado, respondendo a nossa pergunta, tem tido responsabilidade cada vez mais presente no papel de educador da classe trabalhadora.

No nosso caso em questão este conjunto de políticas se materializou no CICOMPERJ que esteve em pleno funcionamento enquanto se era crível a ideia de um

¹⁹Em março de 2014 foi deflagrada a operação “LAVA- JATO”, que investiga um esquema de desvio de dinheiro da PETROBRAS e teve como um dos principais alvos de investigação inicial as obras do COMPERJ (dentre outras obras) e as empreiteiras associadas à construção da refinaria. O nome original, contudo, se consagrou devido ao início das investigações se dar em torno de uma rede de postos de combustíveis e lava-jatos suspeitos de lavarem dinheiro. C.f. <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> acessado em: 23/05/2016 as 12:19 h.

²⁰ A última notícia acerca da continuidade das obras dão conta de um novo acordo de intenções entre a PETROBRAS e a CNPC (Chinese National Petroleum Company), onde está a possibilidade desta assumir parte das obras do COMPERJ que, sem um parceiro privado, não terá suas obras continuadas, com exceção da refinaria de gás. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5025596/petrobras-assina-memorando-que-preve-parceria-com-chinesa-cnpc> acessado em: 09/07/2017 às 16:49 h

arranco da economia brasileira e da sua autossuficiência. Todavia, diante aos imperativos do capital-imperialismo e de outros fatores internos, a obra foi embargada e imensamente reduzida. Como era de se esperar. Cessou com isso a iniciativa empresarial-pedagógica do CICOMPERJ, financiada em parte por recursos públicos. Se cabe ao empresariado o papel de educador da classe trabalhadora, ele o faz, ao menos neste caso em questão, consoante a sua conveniência e interesse.

Bibliografia:

ABRUCIO, Fernando L. e RAMOS, Mozart N. (Orgs). *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

ARGOLLO SILVA, Juliana. *Arranjos de Desenvolvimento de Educação (ADE): Regime de colaboração de 'novo' tipo e mecanismo de reformulação do Sistema Nacional de Educação sob a direção do empresariado brasileiro*. Dissertação de Mestrado, PPGE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva nacional*. São Paulo: Ed. 34/ Brasília: ENAP, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 6ª edição, 2009.

DAHMER, Larissa. *Política educacional brasileira e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da Formação profissional*. Tese de Doutorado, PPGSS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Ed. Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5 ed.- São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FONSECA MOREIRA, Paulo Alexandre da. *Marketing Social Corporativo Comunitário: Um Estudo Sobre o Centro de Integração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro* / Paulo Alexandre da Fonseca Moreira; orientador: André Lacombe Penna da Rocha. - Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Administração, 2008.

FONTES, Virgínia. *Brasil e o capital imperialismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/ FioCruz, 2011.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 7ª ed. São Paulo. Ed. Centauro, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. 2ª edição. São Paulo/SP: Cortez; Autores Associados, 1984 (Coleção Educação Contemporânea).

- GIDDENS, A. *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: EDUNESP, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. *O Leitor de Gramsci*; Carlos Nelson Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- HARVEY, David, *O enigma do capital: e as crises do capitalismo* / tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP : Boitempo , 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 16ª ed., São Paulo: Ed. Loyola; 2007.
- LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira e MOTTA, Vânia. *A formação do Exército Industrial de Reserva e a precarização da Educação no Brasil: uma reflexão preliminar*. Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, UNICAMP, Campinas, 2015.
- LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. *O conselho do FUNDEB no município de Itaboraí e a democracia da terceira via: uma análise crítica*. Dissertação de Mestrado. PPGE/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz e MACEDO, Jussara Marques de. *A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação*. IN: Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2288/2291> acessado em : 07/03/2016 as 21:30 h
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *Estado, classe social e educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.
- LEHER, Roberto. *25 anos de educação pública: notas para um balanço do período*. IN: Guimarães, Cátia (Org.) *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. / Organizado por Cátia Guimarães, Isabel Brasil e Márcia Valéria Morosini. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.
- LEHER, Roberto e Olinda, EVANGELISTA. *Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*. In: TrabalhoNecessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 10, Nº 15/2012. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf> acessado em: 07/03/16 as: 21:33 h.
- MARTINS, André Silva. *A Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”*. In: Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28 , jan.-jun. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.uepg.br> acessado em: 07/03/16 às 21:34 h.
- MERCADANTE, Aloísio. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula, 2003-2010*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 17 de dezembro de 2010.
- MIRANDA, Kênia de. *Pátria educadora para quem? O governo Dilma Rousseff e o empresariamento da educação*. 2015. Disponível em :

<https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/03/02/patria-educadora-para-quem-o-governo-dilma-rousseff-e-o-empresariamento-da-educacao/> acessado em : 07/03/16 as 21:49 h.

MOTTA, Vania. *Ideologia do capital social* – atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. UERJ, 2012

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A Nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do Capital para educar o consenso/* Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). São Paulo: Ed. Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista- O Ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014.

RODRIGUES, José. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados. 2007.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SINGER, Paul. *Notas de releitura de um clássico*. In: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Ed. Global, 2008. Pp. 11-20.